

DIREITO CONSTITUCIONAL **REVISÃO – TJRR – DIREITOS** **FUNDAMENTAIS**

PROFESSOR: PABLO IGREJA - #PABBLITO

1 – Ninguém será submetido a tortura, exceto nos casos que relacionados a segurança nacional, tendo em vista o interesse da coletividade.

2 - Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

3 - A CF/88 assegura a liberdade de exercício profissional, não podendo a lei limitar tal direito.

4 - é assegurado a todos o acesso à informação, sendo vedado o sigilo da fonte, em razão da impossibilidade do anonimato.

5 - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo o Poder Público sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

6 - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade, assegurada ao proprietário indenização ulterior se houver dano.

7 - Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia condenação judicial.

8 - Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

9 – Ninguém será considerado culpado até confirmação da sentença penal condenatória por juízo de segundo grau ou segunda instância.

10 - Sobre os DIREITOS SOCIAIS assinale a alternativa CORRETA:

a) São direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição, a educação e a saúde.

b) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial do trabalho.

c) É vedado ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, podendo a lei exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato e o registro no órgão competente.

d) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

11 - A mulher estrangeira casada com brasileiro recebe automaticamente a nacionalidade brasileira.

12 - José, filho de Maria, brasileira, e, Paul, Americano, a serviço dos Estados Unidos, nasceu na cidade de Recife/PE, não sendo, portanto, diante das circunstâncias apresentadas, brasileiro nato.

13 - Se um casal de cidadãos italianos, residentes no Brasil a serviço da Espanha, tiver um filho em território brasileiro, esse filho será considerado brasileiro nato.

14 - Situação hipotética: João, cuja mãe é brasileira e cujo pai é espanhol e mora em Londres, nasceu em país estrangeiro e não foi registrado em repartição brasileira competente. Hoje, aos 21 anos de idade, ele reside no Brasil e pretende requerer a nacionalidade brasileira. Assertiva: Nesse caso, poderá ser conferida a João a condição de brasileiro nato.

15 - Os estrangeiros de qualquer nacionalidade podem requerer a nacionalidade brasileira desde que residam na República Federativa do Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e não tenham condenação judicial.

16 - São brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira.

17 - A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil, e, seus símbolos são a bandeira, o hino, as armas e o brasão nacional, sendo que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

18 - O voto tem por características o exercício direto, personalíssimo, obrigatório, livre, sigiloso, igualitário e periódico.

19 - Direitos políticos ativos são os direitos políticos que permitem ao cidadão candidatar-se e receber votos para um cargo eletivo.

20 - O analfabetismo não representará óbice à elegibilidade dos cidadãos, haja vista a garantia do amplo exercício dos direitos políticos, característica do estado democrático de direito.

21 - Situação hipotética: Carlos requereu o registro de sua candidatura para concorrer ao cargo de prefeito de município criado por desmembramento territorial de município cujo Poder Executivo é chefiado pelo seu irmão. Assertiva: Nesse caso, Carlos, por ser irmão do prefeito do município-mãe, é inelegível.

22 - Policial rodoviário federal com mais de dez anos de serviço pode candidatar-se ao cargo de deputado federal, devendo, no caso de ser eleito, passar para inatividade a partir do ato de sua diplomação.

23 - Mandato eletivo poderá ser impugnado na justiça eleitoral mediante ação de impugnação de mandato, cujos atos terão de ser públicos, em obediência ao princípio da publicidade.

24 - O cancelamento da naturalização em razão de sentença transitada em julgado implica cassação dos direitos políticos.

25 - Os partidos políticos têm autonomia administrativa garantida pela Constituição Federal e poderão definir o regime de suas coligações eleitorais, que vincularão as candidaturas no âmbito federal, estadual, distrital e no municipal.

26 - Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica na forma da lei eleitoral, devendo seus estatutos ser registrados no Tribunal Superior Eleitoral e no tribunal regional eleitoral do estado em que estiverem sediados.

27 - A respeito da disciplina constitucional para acesso dos partidos políticos ao fundo partidário no Brasil, a partir do quanto previsto em função das alterações promovidas pela Emenda Constitucional 97/2017, é

certo afirmar que, para as eleições de 2030, terão acesso aos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e televisão:

a) todos os partidos políticos, uma vez que a Constituição expressamente assegura não apenas a criação, fusão, incorporação e extinção, mas também um tratamento isonômico entre eles.

b) somente os partidos políticos que tenham lançado candidatos aos cargos de Presidente ou Vice-Presidente da República, bem como no mínimo cinco nomes aos cargos de deputados ou senadores.

c) somente aqueles que, cumulativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas, e tiverem eleito pelo menos 15 senadores.

d) somente aqueles que, alternativamente, obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas, ou tiverem eleito pelo menos quinze deputados federais distribuídos em pelo menos 9 Estados do país.

e) todos os partidos políticos que, até 6 meses antes do pleito eleitoral, tenham registrado os respectivos Estatutos perante o Tribunal Superior Eleitoral.